

Diferenças cognitivas entre pessoas letradas na infância e letradas tardiamente

Gabriela Aimée Guimarães¹; Lígia Narciso Soares do Amaral¹; Bianca Gonçalves Rodrigues¹; Beatriz Araújo Costa Simões¹; Catarina de Angelis Queiroz¹; Claudinei Sousa Lima²

1. Discente do curso de Medicina da Universidade Evangélica de Anápolis – UNIEVANGÉLICA.

2. Docente curso de Medicina da Universidade Evangélica de Anápolis – UNIEVANGÉLICA.

RESUMO: A presente análise é uma mini revisão integrativa da literatura que tem como objetivo identificar se existem diferenças cognitivas entre pessoas alfabetizadas na infância e pessoas alfabetizadas tardiamente, na fase adulta. Foram utilizados cinco artigos escolhidos da plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO) utilizando combinação de descritores. Os resultados encontrados foram inconclusivos, uma vez que houveram evidências de que a idade de alfabetização influenciava no desenvolvimento cognitivo, mas também houveram evidências de que existem outros fatores mais relevantes nesse desenvolvimento, como qualidade e tempo de estudo, incentivo do meio e situação econômica familiar.

Palavras-chave:

Concept Formation. Literacy. Cognition. Aging. Neuropsychology. Human Development. Educational Measurement.

INTRODUÇÃO

Muitas são as evidências científicas sobre o impacto da escolarização e da alfabetização no desenvolvimento cognitivo infantil, principalmente no que tange a formação de conceitos e raciocínio lógico-matemático, crucial para a abordagem científica do conhecimento, como sugere Barros Filho e Bastos (2015). Também já é amplamente conhecido que questões culturais, econômicas e sociais são fatores de influência direta no desenvolvimento e no aprendizado, assim como alguns fatores biológicos, como a presença de patologias genéticas, podem acabar por limitar ou retardar esses processos.

De acordo com Barros Filho e Bastos (2015), a complexidade do ensino da linguagem mostrou que o mero conceito de alfabetização é insuficiente para contemplar todas as características sociais da leitura e da escrita, o que nos leva ao conceito de letramento, que envolve toda a imersão cultural da escrita em uma sociedade letrada, ou seja, o letramento se faz presente na vida das pessoas desde muito antes da alfabetização. Tendo isso em mente, é natural entender que tais processos influenciam no funcionamento cerebral, principalmente nos anos iniciais da vida, uma vez que, biologicamente, já se trata de uma etapa de maturação neurológica.

Partindo desse cenário, podemos realizar as seguintes reflexões: se, ao tentar introduzir a linguagem letrada em crianças, a escola deve considerar inúmeras variáveis, inclusive biológicas e socioeconômicas, como é sugerido pelo conceito de letramento, seria a idade de alfabetização do aluno um fator determinante para o desenvolvimento cognitivo? Já que crianças são seres humanos em desenvolvimento, ou seja, não possuem ainda todas suas capacidades cognitivas completas, seria possível dizer que o letramento afeta de alguma forma o resultado final desse processo? Há alguma diferença na forma de raciocínio e formulações de conceitos por aqueles adultos cuja alfabetização foi feita após o período da infância? A alfabetização tardia traz, de alguma forma, resultados cognitivos diferentes daqueles experimentados por indivíduos que foram alfabetizados na infância?

Este trabalho tem como objetivo identificar se existe algum tipo de prejuízo cognitivo para indivíduos que foram alfabetizados/letrados depois de adultos, em comparação com aqueles que passaram pelo mesmo processo enquanto crianças durante a idade escolar, ou se a idade é um fator que pouco influencia nesse processo.

METODOLOGIA

Este artigo trata de uma mini-revisão integrativa da literatura, que buscou responder a seguinte pergunta norteadora: “Há diferenças cognitivas entre pessoas letradas na infância e pessoas letradas na vida adulta?”. Foram buscados artigos na plataforma SCIELO - Scientific Electronic Library Online utilizando a combinação dos seguintes descritores: Education, Primary and Secondary; Schools; Concept Formation; Literacy; Adult; Students; Cognition; Aging; Neuropsychology; Human Development; Educational Measurement e Child Rearing.

Após a avaliação pela estratégia PICO, os descritores foram lançados na plataforma DeCS/MeSH utilizando OR e AND para as combinações de resultados. Dentre os artigos encontrados, foram selecionados aqueles que estivessem escritos em língua portuguesa, que estivessem disponíveis em textos completos, publicados a partir de 2015 e que fossem originais. Por fim, foram escolhidos aqueles cujo tema respondia ou acrescentava pontos relevantes à pergunta norteadora deste trabalho, restando apenas os 5 (cinco) artigos aqui referenciados.

RESULTADOS

Após a leitura dos artigos, observou-se os resultados a seguir.

Barros Filho e Bastos (2015) concluíram que os adultos não escolarizados “exibiram uma modalidade de pensamento que, em termos desenvolvimentais, ainda não os coloca em condição de utilizar as formas mais sofisticadas de desenvolvimento do pensamento humano”. Ou seja, a não participação da escolarização formal representa, para a maioria das pessoas nessa situação, o não desenvolvimento das modalidades mais altas de operação do pensamento.

Já Simões e Fonseca (2015) afirmam que as posições que os alunos do EJA utilizam para garantir a sua integração nesta área da comunicação humana não são as mesmas previstas nas recomendações de atividades escolares, mas se veem como sujeitos da cultura e da aprendizagem à medida que engajam e delineiam os contextos de aprendizagem da prática de leitura e escrita em relação a eles.

Sargiani e Maluf (2018) adotam a ideia de que a complexidade dos estímulos linguísticos que as crianças recebem é o fator mais significativo no desenvolvimento de áreas do cérebro relacionadas à linguagem. Com isso, os autores abordam inclusive que adultos de diferentes classes sociais apresentam diferenças cognitivas devido ao aprendizado que tiveram quando crianças, ou seja, o desenvolvimento cognitivo do adulto está completamente associado aos estímulos realizados no período da infância.

Dias (2019) observou que existe uma relação grande de variáveis ambientais (nível socioeconômico, ambiente familiar e frequência à pré-escola) com o desempenho infantil escolar, mas não mapeou informações específicas sobre a idade, apenas sobre o tempo que a criança frequentou a Educação Infantil, que foi associado a mais desempenho futuro em escrita.

Por fim, Rodrigues (2018) analisou variáveis como atenção, percepção, memória, linguagem oral e escrita, praxias e funções executivas em diferentes idades e concluiu que o envelhecimento e a escolaridade impactam de forma heterogênea nas funções cognitivas, dependendo do número de anos estudados e do tipo de habilidade requerida. Outro fator de grande importância, são as influências recebidas socialmente, sendo que os testes neuropsicológicos devem sempre considerar a influência dessas variáveis para produzir seus dados normativos. Torna-se difícil precisar a faixa etária e o nível de

escolaridade em que ocorre perda ou crescimento do potencial cognitivo suficiente para ser constatado nas provas neuropsicológicas.

DISCUSSÃO

Primeiramente, é interessante ressaltar que as operações ditas de “alto grau de complexidade do pensamento”, na pesquisa feita por Barros Filho e Bastos (2015), se referem à formulação de conceitos científicos e nada além disso. Ou seja, é esperado que indivíduos que frequentaram a escola desde a infância tenham facilidade em lidar com conceitos e formulações científicas, uma vez que o papel da escola formal é o de levar esse tipo de conhecimento às pessoas e ensinar a elaborar métodos rígidos de verificação e validação de resultados. Entretanto, é válido levantar o seguinte questionamento: responder às expectativas de respostas da ciência ocidental significa de fato maior desenvolvimento cerebral e cognitivo? Seriam os indivíduos formados por instituições orientais, indígenas e africanas tradicionais, menos capazes de atingir os graus mais altos de pensamento, uma vez que não respondem às expectativas ocidentais de ciência, mas possuem formas próprias de realizar verificação de teorias? Essa pergunta não é respondida.

A contribuição do trabalho de Barros Filho e Bastos (2015) para nossa análise está associada ao fato de que podemos afirmar que os indivíduos que foram alfabetizados na infância possuem mais desenvoltura na formulação de conceitos científicos, uma vez que frequentaram a escola por mais tempo que aqueles alfabetizados tardiamente, como é o caso de muitos estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Sargiani e Maluf (2018) afirmam que novas evidências das neurociências e de modelos conexionistas de desenvolvimento mostram que no cérebro humano há vários processos paralelos acontecem ao mesmo tempo e de forma distribuída e, sendo assim, as crianças deveriam ser estimuladas a desenvolver a linguagem escrita naturalmente, paralelo ao desenvolvimento da linguagem oral. Ou seja, fatores de incentivo à escrita na infância estariam sim associados a melhores conexões cognitivas.

Já Simões e Fonseca (2015) entenderam que as interações em sala de aula da EJA são complexas e levantam algumas questões que os educadores devem estar atentos a todo tempo. Observou-se que o aprendizado a partir da prática da leitura e da escrita em sala de aula não se limita aos aspectos técnicos. As reflexões sobre os eventos citados ao decorrer do artigo e outros que foram selecionados do material vivencial que produziram sugerem que a forma como os alunos representam as práticas escolares depende da forma como esses sujeitos se adaptam ao modo como a linguagem é usada, o que é característica dessas práticas, onde envolve conhecimentos específicos, valores e estratégias.

O estudo feito por Dias (2019) investigou a relação entre variáveis do ambiente familiar e contexto social. A análise mostrou que existem fatores para além da idade de alfabetização que são mais relevantes no quesito desenvolvimento cognitivo, como ambientes familiares mais positivos, em

termos de variedade de experiências; estilo de interação social, que associam-se a um melhor vocabulário; e situação socioeconômica familiar, que associa-se a maior tempo de frequência escolar. Concluíram que tais fatores relacionam-se ao desenvolvimento da linguagem e alfabetização precoce; o tempo que a criança frequentou a Educação Infantil associou-se mais especificamente ao desempenho futuro na escrita. A contribuição de tal trabalho é considerável, uma vez que acrescenta a perspectiva de que o desenvolvimento cognitivo não está necessariamente associado à idade com que se é alfabetizado, mas é algo multifatorial.

Apesar dos fatores evidenciados por Barros Filho e Bastos (2015) e Sargiani e Maluf (2018), o estudo de Rodrigues (2018) afirma que o envelhecimento e a escolaridade impactam de forma heterogênea na cognição, levando-se em conta o tempo e a qualidade do estudo. Torna-se difícil indicar em qual idade e nível escolar ocorrem alterações no potencial de raciocínio. Dessa forma, o artigo tem um papel fundamental para a criação de conflito de ideias na nossa análise, visto que podemos ter mais de uma direção para classificar a diferença cognitiva entre pessoas letradas na infância e letradas tardiamente, além de colaborar com a criação de um raciocínio de embasamento neuropsicológico para o trabalho.

CONCLUSÃO

Tendo em vista as pesquisas feitas pelos autores, podemos concluir que existem resultados conflitantes ainda sobre o tema, necessitando de mais estudos voltados para a área em questão, uma vez que a idade do letramento e da alfabetização se mostra como um fator de influência mas que pode não ser o principal, nem mesmo o único, no desenvolvimento cognitivo humano, visto que deve-se levar em conta fatores como: a qualidade e o tempo do estudo, o incentivo do meio social e a situação econômica da família. Também se faz necessário uma seleção maior de trabalhos na área para a resposta da pergunta levantada, assim como mais ensaios clínicos longitudinais.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, D ; BASTOS, A. C. A formação de conceitos em adultos não escolarizados. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 647-662, 2015. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1517-9702201507130507>>. Acesso em 26 abr. 2022.

DIAS, N. M. Linguagem oral e escrita na Educação Infantil: relação com variáveis ambientais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/2175-35392019018467>>. Acesso em 26 abr. 2022.

RODRIGUES, J. C. Efeito de idade e escolaridade no instrumento de avaliação neuropsicológica breve NEUPSILIN. **Psico-USF**, v. 23, p. 319-332, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-82712018230211>>. Acesso em 26 abr. 2022.

SARGIANI, R. A.; MALUF, M. R. Linguagem, cognição e educação infantil: contribuições da psicologia cognitiva e das neurociências. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 477-484, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392018033777>>. Acesso em 26 abr. 2022.

SIMÕES, F.; FONSECA, M. C. Apropriação de práticas de letramento escolares por estudantes da Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, p. 869-884, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206304>>. Acesso em 26 abr. 2022.